

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

# Edital 23/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	07/05/2026 10:22 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25047.001577/2025-90

## 1. DO OBJETO

### PREGÃO ELETRÔNICO

90034/2026

### CONTRATANTE (UASG)

(257035)

### OBJETO

Aquisição de um equipamento de georreferenciamento, consistindo em um drone, acompanhado de curso de capacitação para sua operação e utilização.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 65.369,28 (sessenta e cinco mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos).

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **22/05/2026** às 9:30h (horário de Brasília)

### Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

**Modo de disputa:**

aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026**

Processo Administrativo nº 25047.001577/2025-90

Torna-se público que o Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do Setor de Serviço de Recursos Logísticos, sediado no endereço: Avenida Brasil, nº4550 – Santa Terezinha, em Governador Valadares - CEP: 35030-070, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de um equipamento de georreferenciamento, consistindo em um drone, acompanhado de curso de capacitação para sua operação e utilização, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todo o grupo, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11 sociedades cooperativas;

3.9.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.13 pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada

pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.4 e 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco centésimos de por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas brasileiras;

7.22.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação dos subitens 7.21.2, 7.21.3, 7.22.1, 7.22.2 e 7.22.3, estes só serão adotados quando houver regulamentações específicas em cada caso, que afastam o caráter subjetivo da tomada de decisão.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
  - 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
  - 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
  - 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
  - 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
  - 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
  - 8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via sistema.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

- 9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
- 9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- ## 10. DO TERMO DE CONTRATO
- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. A assinatura do contrato será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: [sei.saude.gov.br/externo](http://sei.saude.gov.br/externo) para liberação de acesso para assinatura eletrônica.
- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, serão exigidos o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

NÃO SE APLICA

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

NÃO SE APLICA

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informação - SEI por meio de solicitação de link de acesso.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaodsei@saude.gov.br](mailto:licitacaodsei@saude.gov.br).
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e Sistema Eletrônico de Informação SEI por meio de solicitação de link de acesso.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II do Termo de Referência - Termo de Ciência e Concordância

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Modelo de Proposta;

16.11.2.3. Apêndice III do Anexo I - Modelo de Planilha de custos

16.11.2. - Anexo II - Minuta de Contrato

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 10:22:32.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia.pdf (726.6 KB)
- Anexo II - Minuta de Contrato.pdf (147.07 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	07/05/2026 09:04 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25047.001577/2025-90

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



Ministério da Saúde  
Secretaria de Saúde Indígena  
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo  
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 25047.001577/2025-90

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de um equipamento de georreferenciamento, consistindo em um drone, acompanhado de curso de capacitação para sua operação e utilização, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATSER /CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			Aeronave remotamente pilotada (drone) de uso profissional, multirrotor (mínimo 4 hélices); Peso máximo de decolagem: até 5 kg (classe 3 segundo ANAC – RBAC-E nº 94); Compatível com operação em campo aberto e áreas remotas. Câmera: Sensor fotográfico: mínimo de 20 MP; Obturador mecânico ou global; Lente com distância focal equivalente a 24 mm (ou similar), com				

1	1	614916	campo de visão ≥ 80°; Capacidade de captura em RAW e JPEG; Estabilização por gimbal de 3 eixos. Navegação e Precisão: Sistema de posicionamento com GPS, GLONASS e /ou Galileo; Capacidade de voo com planejamento de missão automática por waypoint; com modulo RTK; Armazenamento de metadados geográficos (EXIF georreferenciado). Tempo de Voo e Baterias: Autonomia de voo: mínimo de 25 minutos por bateria; Acompanha 3 baterias recarregáveis de íon-lítio; com base para carregamento; Tempo de recarga: até 90 minutos por bateria; Sistema de monitoramento de carga. Controle Remoto e Transmissão: Alcance de transmissão de vídeo: ≥ 4 km (em ambiente rural); Controle com display; Frequência dual-band (2.4GHz / 5.8 GHz) com comutação automática; Sistema de fail-safe (retorno automático em caso de falha de sinal ou baixa bateria). Transporte e Acessórios: Bolsa ou mochila rígida para transporte com proteção contra impacto e intempéries; Hélices extras (mínimo 1 par); Carregador bivolt (100-240V) estação para 3 baterias; Cabos de conexão e acessórios necessários. Software: Compatível com softwares de mapeamento por fotogrametria (como DroneDeploy, Pix4D, WebODM, Agisoft); Software de controle de missão gratuito ou licenciamento incluso. Outros Requisitos: Manual em português; Garantia mínima de 12 meses; Assistência técnica autorizada no Brasil; Registro ANATEL; Manual do usuário com instruções de operação e segurança.	Unidade	1	R\$ 53.428,26	R\$ 53.428,26
	2	15431	Curso de capacitação para operar ARP/Drone com metodologia conforme tecnologia constante nas especificações do equipamento. O conteúdo do curso deverá abranger todas as funções de operacionalidade do equipamento, capacitação em captação de imagens e interpretação com certificado. Deverá ser ministrado para o total de 10 profissionais, com curso teórico que poderá ser feito remotamente e curso prático a ser feito presencialmente na cidade de Governador Valadares-MG. Com certificado e carga horária entre 10 e 16 horas. A empresa responsável deverá fornecer o drone para treinamento.	Unidade	1	R\$ 11.941,02	R\$ 11.941,02
Valor Total Estimado (VTE)							R\$ 65.369,28

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000006/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/04/2025;

- III) Id do item no PCA: conforme DFD;
- IV) Classe/Grupo: Aeronaves teleguiadas;
- V) Identificador da Futura Contratação: 90034/2026;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os equipamentos e soluções tecnológicas de georreferenciamento e análise espacial deverão possuir eficiência energética comprovada, com certificação vigente do INMETRO ou equivalente, quando aplicável, priorizando dispositivos com menor consumo de energia e maior durabilidade;

4.1.2 Os equipamentos eletrônicos fornecidos deverão atender às diretrizes de restrição de substâncias perigosas, conforme normas ambientais vigentes, incluindo comprovação de conformidade com padrões internacionais de controle de metais pesados e substâncias tóxicas;

4.1.3 Deverá ser observada a logística reversa dos equipamentos eletroeletrônicos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo recolhimento, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil;

4.1.4 As baterias e componentes energéticos deverão possuir certificação ambiental e atender às normas de descarte ambientalmente adequado, com responsabilidade do fornecedor quanto à destinação final;

4.1.5 As soluções tecnológicas deverão possibilitar redução de deslocamentos desnecessários, mediante uso de ferramentas de processamento e análise remota de dados geoespaciais, contribuindo para diminuição de emissão de gases de efeito estufa;

4.1.6 Sempre que possível, deverão ser priorizados equipamentos com embalagens recicláveis ou reutilizáveis, com redução de materiais plásticos não recicláveis;

4.1.7 Os fornecedores deverão comprovar regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, quando aplicável ao objeto;

4.1.8 As soluções contratadas deverão observar critérios de acessibilidade digital e interoperabilidade de dados, garantindo integração com sistemas públicos existentes e promovendo eficiência no uso de recursos tecnológicos;

4.1.9 A contratada deverá orientar quanto às boas práticas de uso sustentável dos equipamentos e softwares fornecidos, promovendo capacitação voltada à maximização da vida útil dos recursos tecnológicos;

4.1.10 Eficiência energética: O equipamento deverá possuir bateria recarregável de íons de lítio ou similar, com autonomia compatível com a utilização pretendida, preferencialmente com tecnologia de carregamento rápido e sistema de gestão inteligente de energia;

4.1.11 Redução de substâncias perigosas: O drone e seus componentes eletrônicos devem atender às diretrizes da RoHS (Restriction of Hazardous Substances), restringindo o uso de substâncias tóxicas como chumbo, mercúrio e cádmio;

4.1.12 Durabilidade e vida útil: Deve-se priorizar modelos com estrutura resistente a impactos e intempéries, com disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica no Brasil, garantindo maior vida útil e menor geração de resíduos;

4.1.13 Reciclabilidade e descarte responsável: Os fornecedores devem apresentar orientação sobre o descarte adequado das baterias e demais componentes eletrônicos, conforme normas ambientais vigentes, bem como indicar pontos de coleta ou políticas de logística reversa;

4.1.14 Embalagem sustentável: As embalagens utilizadas no transporte do equipamento devem ser recicláveis ou reutilizáveis, preferencialmente com o menor uso possível de materiais plásticos de uso único;

4.1.15 Responsabilidade socioambiental do fornecedor: Será valorizado o fornecedor que apresentar certificações ambientais ou comprovação de práticas sustentáveis em seus processos produtivos e logísticos, como ISO 14001 ou selo Empresa Verde.

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Brasil, 4550 – Santa Teresinha – Governador Valadares/MG – CEP: 35030-070.

### **Condição de execução**

5.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.4.1. Início da execução do objeto: após a entrega do drone, será informada a contratada sobre o curso, e ela terá 30 (trinta) dias para promover o curso.

5.5. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: curso de capacitação para operar ARP/Drone com metodologia conforme tecnologia constante nas especificações do equipamento. O conteúdo do curso deverá abranger todas as funções de operacionalidade do equipamento, capacitação em captação de imagens e interpretação com certificado. Deverá ser ministrado para o total de 10 profissionais, com curso teórico que poderá ser feito remotamente e curso prático a ser feito presencialmente na cidade de Governador Valadares/MG. Com certificado e carga horária entre 10 e 16 horas. A empresa responsável deverá fornecer o drone para treinamento.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.6. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Brasil, 4550 – Santa Teresinha – Governador Valadares/MG – CEP: 35030-070.



## **Materiais a serem disponibilizados**

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.7.1. A empresa deverá fornecer Drone para o treinamento, compatível com o drone fornecido. Não será utilizado o drone do DSEI/MGES.

5.7.2. Apresentação e/ou conteúdos auxiliares do curso.

5.7.3. Ao final do curso, deverão ser fornecidos certificados aos profissionais.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.8. O curso deverá abordar, no mínimo, os seguintes conteúdos:

- 5.8.1 Legislação aplicável (ANAC, DECEA e ANATEL);
- 5.8.2 Noções básicas de aerodinâmica e princípios de voo;
- 5.8.3 Manuseio, operação e manutenção preventiva do drone;
- 5.8.4 Planejamento e execução de voos automatizados e manuais;
- 5.8.5 Procedimentos de segurança e resposta a falhas
- 5.8.6 Processamento básico das imagens coletadas.

5.9. O treinamento deverá ser oferecido para 10 (dez) profissionais indicados pela contratante, podendo ser realizado presencialmente ou na modalidade remota com aulas ao vivo na parte teórica, desde que haja suporte técnico e material didático adequados.

5.10. Ao final do curso, deverão ser emitidos certificados de participação com a carga horária total e os conteúdos ministrados.

## **Caracterização do equipamento**

5.11. Aeronave remotamente pilotada (drone) de uso profissional, multirrotor (mínimo 4 hélices); peso máximo de decolagem: até 5 kg (classe 3 segundo ANAC – RBAC-E nº 94); compatível com operação em campo aberto e áreas remotas. Câmera: Sensor fotográfico: mínimo de 20 MP; Obturador mecânico ou global; Lente com distância focal equivalente a 24 mm (ou similar), com campo de visão  $\geq 80^\circ$ ; Capacidade de captura em RAW e JPEG; Estabilização por gimbal de 3 eixos. Navegação e Precisão: sistema de posicionamento com GPS, GLONASS e/ou Galileo; capacidade de voo com planejamento de missão automática por waypoint; com módulo RTK; armazenamento de metadados geográficos (EXIF georreferenciado). Tempo de voo e baterias: autonomia de voo mínima de 25 minutos por bateria; acompanha 3 baterias recarregáveis de íon-lítio, com base para carregamento; tempo de recarga: até 90 minutos por bateria; sistema de monitoramento de carga. Controle Remoto e Transmissão: Alcance de transmissão de vídeo:  $\geq 4$  km (em ambiente rural); Controle com display; Frequência dual-band (2.4GHz / 5.8GHz) com comutação automática; Sistema de failsafe (retorno automático em caso de falha de sinal ou baixa bateria). Transporte e Acessórios: bolsa ou mochila rígida para transporte com proteção contra impacto e intempéries; hélices extras (mínimo 1 par); carregador bivolt (100- 240V) estação para 3 baterias; cabos de conexão e acessórios necessários. Software: compatível com softwares de mapeamento por fotogrametria (como DroneDeploy, Pix4D, WebODM, Agisoft); software de controle de missão gratuito ou licenciamento incluso. Outros Requisitos: Manual em português; garantia mínima de 12 meses; assistência técnica autorizada no Brasil; registro ANATEL; manual do usuário com instruções de operação e segurança.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/08/2025.

- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA /IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Fornecimento de equipamentos tecnológicos com características similares a drones, incluindo acessórios e componentes técnicos;

9.30.1.2. Prestação de serviços de treinamento técnico e capacitação operacional para equipes com no mínimo 5 (cinco) profissionais.

9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31. Prova de atendimento aos requisitos de segurança operacional e de conformidade técnica, previstos na lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos), bem como, quando aplicável, à regulamentação específica da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), especialmente no que tange ao uso de aeronaves remotamente pilotadas (drones) e à prestação de serviços de capacitação técnica para operação desses equipamentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 65.369,28 (sessenta e cinco mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 257035;
- II) Fonte de recursos: 1001000000;
- III) Programa de trabalho: 234652;
- IV) Elemento de despesa: 449052 e 339039; e

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 12.2. Não foram detectadas informações sensíveis que mereçam tratamento especial quanto à sua divulgação e publicidade, em conformidade com a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13. ANEXO I

Não se aplica

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL BISPO DA SILVA

Chefe do SESANI



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 10:44:05.

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 08:45:14.*

**ALTEMAR RODRIGUES MARQUES**

Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 14:30:59.*

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 09:04:07.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (184.19 KB)
- Anexo II - Apendice II - Modelo de Proposta.pdf (150.75 KB)
- Anexo III - Apendice III - Modelo de Planilha de custos.pdf (196.11 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

## Estudo Técnico Preliminar 32/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 25047.001577/2025-90

### 2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade identificada consiste na ampliação da capacidade técnica institucional para obtenção, tratamento e análise de dados geoespaciais, com o objetivo de subsidiar de forma qualificada o planejamento, a execução e o monitoramento das ações de saneamento ambiental indígena desenvolvidas pelo Serviço de Saneamento Ambiental Indígena (SESANI). Atualmente, verifica-se limitação estrutural e tecnológica quanto à geração e utilização de informações georreferenciadas de alta precisão, especialmente em territórios indígenas localizados em áreas remotas ou de difícil acesso, onde as características geográficas, ambientais e socioterritoriais impõem desafios adicionais à implementação de soluções técnicas adequadas. Essa deficiência compromete a qualidade dos diagnósticos situacionais, a precisão dos projetos técnicos e a capacidade de acompanhamento das intervenções realizadas em campo, afetando diretamente a eficiência e a efetividade das políticas públicas implementadas.

2.2. O atendimento dessa necessidade revela-se de elevada relevância estratégica e institucional, uma vez que o saneamento ambiental indígena demanda soluções técnicas compatíveis com as especificidades territoriais, culturais e ambientais das comunidades atendidas. A incorporação de tecnologias de georreferenciamento e análise espacial possibilita a elaboração de estudos técnicos mais precisos para implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, redes de saneamento, medições de obras, identificação de áreas de risco ambiental e definição de traçados técnicos adequados. A ausência de dados espaciais atualizados e confiáveis gera insegurança técnica, risco de retrabalho, inadequação de soluções e desperdício de recursos públicos, contrariando os princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade previstos na Lei nº 14.133. Assim, fortalecer a capacidade técnica de georreferenciamento constitui medida indispensável para assegurar decisões administrativas baseadas em evidências e para garantir maior assertividade nas intervenções estruturais.

2.3. A problemática enfrentada pelo SESANI decorre da conjugação de fatores geográficos, logísticos e estruturais que dificultam a coleta sistemática e a atualização contínua de informações territoriais. Em contextos onde há ausência de infraestrutura viária adequada, limitações de conectividade e extensas áreas de cobertura territorial, a inexistência de ferramentas tecnológicas apropriadas para levantamento e análise geoespacial agrava as dificuldades operacionais. Tal cenário impacta negativamente o planejamento estratégico, dificulta a priorização de investimentos e compromete a integração entre as ações de saneamento, a gestão ambiental e as políticas de saúde pública. Além disso, a insuficiência de dados georreferenciados limita a capacidade institucional de monitorar o uso e ocupação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais e a proteção de áreas ambientalmente sensíveis, aspectos fundamentais para a sustentabilidade das intervenções realizadas em territórios indígenas.

2.4. O atendimento da necessidade ora descrita produz impactos institucionais e sociais significativos, especialmente no que se refere ao aprimoramento da governança territorial e à qualificação das políticas públicas de saneamento. A utilização de dados geoespaciais de alta precisão permitirá a produção de diagnósticos mais completos, a definição de critérios técnicos para priorização de investimentos e o monitoramento contínuo das intervenções realizadas. Ademais, a análise espacial integrada possibilita a identificação de correlações entre fatores ambientais e incidência de doenças, fortalecendo os estudos de saúde ambiental e contribuindo para ações preventivas mais eficazes. Tal integração entre infraestrutura e saúde pública reforça a abordagem intersetorial necessária ao atendimento integral das comunidades indígenas, promovendo maior efetividade das ações governamentais e alinhamento com o interesse público primário.

2.5. Sob a perspectiva do interesse público, a ampliação da capacidade técnica de georreferenciamento representa não apenas uma melhoria operacional, mas um investimento estruturante na qualidade da gestão pública. A adoção de soluções tecnológicas voltadas à obtenção e análise de dados espaciais contribui para aumento da eficiência administrativa, redução de custos com deslocamentos e logística, mitigação de riscos técnicos, maior conformidade com a legislação brasileira relativa ao georreferenciamento e à regularização fundiária, bem como fortalecimento da sustentabilidade ambiental. Ademais, tal medida reafirma o compromisso institucional com a proteção dos direitos dos povos indígenas, assegurando que as intervenções de saneamento sejam planejadas e executadas com base em informações precisas, respeitando as especificidades territoriais e culturais. Conclui-se, portanto, que a necessidade apresentada está diretamente vinculada à melhoria da qualidade das políticas públicas de saneamento ambiental indígena, configurando-se como medida essencial para assegurar eficiência, sustentabilidade e efetiva promoção do bem-estar das comunidades atendidas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena	Daniel Bispo da Silva

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

4.1.1. Os equipamentos e soluções tecnológicas de georreferenciamento e análise espacial deverão possuir eficiência energética comprovada, com certificação vigente do INMETRO ou equivalente, quando aplicável, priorizando dispositivos com menor consumo de energia e maior durabilidade;

4.1.2. Os equipamentos eletrônicos fornecidos deverão atender às diretrizes de restrição de substâncias perigosas, conforme normas ambientais vigentes, incluindo comprovação de conformidade com padrões internacionais de controle de metais pesados e substâncias tóxicas;

4.1.3. Deverá ser observada a logística reversa dos equipamentos eletroeletrônicos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo recolhimento, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil;

4.1.4. As baterias e componentes energéticos deverão possuir certificação ambiental e atender às normas de descarte ambientalmente adequado, com responsabilidade do fornecedor quanto à destinação final;

4.1.5. Os equipamentos deverão apresentar robustez e resistência adequadas a ambientes remotos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e minimizando geração de resíduos;

4.1.6. As soluções tecnológicas deverão possibilitar redução de deslocamentos desnecessários, mediante uso de ferramentas de processamento e análise remota de dados geoespaciais, contribuindo para diminuição de emissão de gases de efeito estufa;

4.1.7. Sempre que possível, deverão ser priorizados equipamentos com embalagens recicláveis ou reutilizáveis, com redução de materiais plásticos não recicláveis;

4.1.8. Os fornecedores deverão comprovar regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, quando aplicável ao objeto;

4.1.9. As soluções contratadas deverão observar critérios de acessibilidade digital e interoperabilidade de dados, garantindo integração com sistemas públicos existentes e promovendo eficiência no uso de recursos tecnológicos;



4.1.10. A contratada deverá orientar quanto às boas práticas de uso sustentável dos equipamentos e softwares fornecidos, promovendo capacitação voltada à maximização da vida útil dos recursos tecnológicos.

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não se vislumbra, para a presente contratação, a necessidade de exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A não exigência de garantia justifica-se pela natureza do objeto, consistente na aquisição de equipamento de georreferenciamento do tipo drone, acompanhado de capacitação para sua operação, caracterizando-se como fornecimento de bem com serviço acessório, de baixa complexidade executiva e com riscos contratuais ordinários.

4.5. Destaca-se que os riscos relacionados à contratação são adequadamente mitigados por outros mecanismos previstos no processo, tais como a definição objetiva das especificações técnicas, critérios de aceitação e recebimento, exigência de garantia do fabricante (quando aplicável), fiscalização contratual e aplicação de sanções administrativas em caso de inadimplemento.

4.6. Ademais, o pagamento estará condicionado à entrega do equipamento em conformidade com as especificações estabelecidas e à realização da capacitação nos termos pactuados, o que reduz significativamente o risco de prejuízo à Administração.

4.7. A exigência de garantia, nesse contexto, poderia impor ônus desnecessário aos licitantes, com potencial impacto na competitividade do certame e nos custos da contratação, sem apresentar benefício proporcional à mitigação de riscos.

4.8. Diante disso, conclui-se que a não exigência de garantia contratual mostra-se medida adequada, proporcional e suficiente para a presente contratação.

### **Princípio da Padronização**

4.9. Em observância ao princípio da padronização, previsto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação observará especificações técnicas padronizadas para o equipamento de georreferenciamento pretendido, de forma a assegurar requisitos mínimos de desempenho, precisão, confiabilidade, compatibilidade tecnológica e adequação ao uso institucional.

4.10. A padronização mostra-se necessária para garantir uniformidade das características técnicas do equipamento, especialmente quanto a recursos de navegação, captura e processamento de imagens, georreferenciamento, autonomia operacional, sensores embarcados, softwares associados e demais funcionalidades necessárias à execução das atividades institucionais.

4.11. No que se refere à capacitação vinculada ao objeto, a padronização também se aplica aos requisitos mínimos do treinamento, abrangendo conteúdos, carga horária e competências operacionais necessárias ao uso adequado e seguro do equipamento.

4.12. A adoção de parâmetros padronizados visa, ainda, promover interoperabilidade, facilitar suporte técnico e manutenção, racionalizar futuras aquisições correlatas, reduzir riscos de incompatibilidade tecnológica e assegurar maior eficiência na utilização da solução contratada.

### **Não Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização**

4.13. Em atendimento ao art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a aplicabilidade do Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.14. O Catálogo Eletrônico de Padronização constitui instrumento voltado à uniformização de especificações e racionalização das contratações públicas. Contudo, após análise do catálogo vigente, verificou-se inexistir item padronizado que contemple, de forma integral e adequada, a solução pretendida, composta pela aquisição de equipamento de georreferenciamento do tipo drone associado à capacitação para sua operação e utilização.

4.15. A solução pretendida possui especificidades técnicas relacionadas ao conjunto integrado de hardware, software, recursos de sensoriamento, requisitos de desempenho e treinamento operacional, demandando definição de requisitos próprios compatíveis com as necessidades institucionais e com a finalidade do uso pretendido.

4.16. Ademais, por se tratar de solução tecnológica especializada, cuja contratação envolve parâmetros técnicos e operacionais próprios, não se identificou, no catálogo vigente, padronização capaz de atender integralmente ao objeto sem prejuízo às necessidades da Administração.

4.17. Dessa forma, justifica-se a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização na presente contratação, sem prejuízo da observância do princípio da padronização, das boas práticas de especificação técnica e das diretrizes normativas aplicáveis.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. O presente levantamento de mercado tem por finalidade identificar as soluções disponíveis aptas a atender à necessidade institucional de ampliação da capacidade técnica do Serviço de Saneamento Ambiental Indígena (SESANI) para obtenção, tratamento e análise de dados geoespaciais voltados ao planejamento, à execução e ao monitoramento das ações de saneamento ambiental indígena, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso, onde a coleta convencional de informações apresenta limitações operacionais, logísticas e de custo.

5.2. No âmbito da prospecção realizada, foram identificadas três alternativas com potencial de atendimento à demanda institucional. A primeira consiste na aquisição de drone acompanhado da devida capacitação da equipe técnica, possibilitando a internalização da tecnologia e a execução direta das atividades de aerolevanteamento pelo próprio corpo técnico do SESANI. A segunda alternativa refere-se à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de aerolevanteamento, incluindo a coleta, processamento e entrega dos produtos cartográficos. Por fim, a terceira solução contempla a locação de drone, com ou sem operador técnico, permitindo a utilização temporária do equipamento conforme a necessidade operacional.

5.3. A partir dessas alternativas, procede-se à análise comparativa sob os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e estratégicos, com vistas a identificar a solução que melhor atenda ao interesse público, observando critérios de eficiência, economicidade, continuidade administrativa, autonomia institucional e sustentabilidade da capacidade técnica no médio e longo prazo.

### **Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade**

#### **Escolha da Solução Tecnológica**

##### **5.4. Solução Tecnológica 1 – Aquisição de Drone com Capacitação da Equipe Técnica**

5.4.1. A primeira alternativa identificada consiste na aquisição de aeronave remotamente pilotada (drone) equipada com sensores adequados para atividades de aerolevanteamento, incluindo câmera RGB e, quando tecnicamente justificável, sensor multiespectral, acompanhada de baterias adicionais, softwares de processamento fotogramétrico e capacitação técnica certificada da equipe do SESANI para operação do equipamento, planejamento de missões, processamento de imagens e análise dos produtos geoespaciais gerados.

5.4.2. Sob o aspecto técnico e operacional, a solução proporciona autonomia institucional plena, uma vez que permite ao órgão planejar e executar os levantamentos conforme a demanda interna, sem dependência de disponibilidade ou cronograma de terceiros. Tal característica assegura maior previsibilidade, flexibilidade e controle sobre a produção dos dados, além de possibilitar respostas mais céleres a situações emergenciais, como identificação de áreas de risco ambiental, acompanhamento de obras de saneamento ou monitoramento de passivos ambientais em territórios indígenas.

5.4.3. Do ponto de vista econômico, embora exija investimento inicial mais elevado para aquisição do equipamento, acessórios e capacitação, os custos recorrentes tendem a ser reduzidos no médio e longo prazo, restringindo-se basicamente à manutenção preventiva e corretiva, reposição de baterias e eventual atualização tecnológica. Considerando a natureza contínua e recorrente das demandas de levantamento territorial no contexto do saneamento ambiental indígena, a internalização da tecnologia tende a apresentar melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do equipamento.

5.4.4. Sob a perspectiva estratégica, a capacitação da equipe promove o fortalecimento institucional, ao internalizar conhecimento técnico especializado e ampliar a maturidade tecnológica do órgão. A solução também favorece a integração dos dados produzidos ao planejamento estratégico institucional, permitindo atualização contínua das bases geoespaciais e aprimoramento da tomada de decisão baseada em evidências.

5.4.5. Adicionalmente, observa-se aderência a critérios de sustentabilidade, na medida em que o uso de drones reduz a necessidade de deslocamentos prolongados por via terrestre para reconhecimento preliminar de áreas, utiliza equipamentos elétricos com menor emissão indireta de gases de efeito estufa e possibilita maior eficiência no emprego de recursos logísticos. Com manutenção adequada, o equipamento apresenta vida útil prolongada, podendo ainda atender às exigências de certificações ambientais e logística reversa aplicáveis.

5.4.6. Como pontos de atenção, destacam-se o aporte inicial mais significativo, a necessidade de estrutura mínima para armazenamento seguro e gestão de manutenção do equipamento, bem como a exigência de capacitação técnica formal e atualização periódica dos operadores, em conformidade com a regulamentação vigente.

5.4.7. De forma geral, a alternativa apresenta alta viabilidade técnica e estratégica, especialmente em razão da recorrência das demandas de levantamento territorial no âmbito do saneamento ambiental indígena, configurando-se como solução estruturante para consolidação da capacidade institucional do SESANI.

## **5.5. Solução Tecnológica 2 – Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Aerolevantamento**

5.5.1. A segunda alternativa consiste na contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de levantamentos aerofotogramétricos, incluindo a coleta de imagens, processamento dos dados e entrega de produtos técnicos como ortomosaicos, modelos digitais de terreno, modelos digitais de superfície e relatórios técnicos conclusivos, conforme especificações previamente definidas pelo órgão contratante.

5.5.2. Sob a perspectiva operacional, essa solução dispensa o investimento inicial em equipamentos, softwares e capacitação técnica interna, uma vez que a responsabilidade pela execução integral dos serviços é transferida à contratada. A empresa especializada assume a responsabilidade técnica pelos voos, pelo processamento fotogramétrico e pela qualidade dos produtos entregues, podendo ainda empregar equipamentos de última geração, sem que haja necessidade de aquisição direta por parte da Administração. Tal modelo reduz, em tese, a complexidade administrativa relacionada à gestão de ativos tecnológicos e à formação continuada de operadores internos.

5.5.3. Entretanto, sob o ponto de vista estratégico e econômico, a alternativa apresenta limitações relevantes. A dependência operacional de terceiros pode impactar prazos, especialmente em cenários de alta demanda de mercado ou em situações emergenciais que exijam resposta imediata. Além disso, os custos tornam-se recorrentes a cada nova solicitação de levantamento, o que, em contexto de demandas frequentes e continuadas, pode resultar em dispêndio acumulado superior ao investimento necessário para internalização da tecnologia. Observa-se também menor flexibilidade para ajustes metodológicos em tempo real e risco de eventual desalinhamento entre os padrões técnicos adotados pela empresa contratada e as diretrizes internas do órgão.

5.5.4. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao desenvolvimento institucional. A contratação externa não promove o fortalecimento permanente da capacidade técnica do SESANI, mantendo o conhecimento estratégico concentrado em terceiros e limitando a consolidação de expertise interna na área de geotecnologias aplicadas ao saneamento ambiental indígena.

5.5.5. No que tange à sustentabilidade, embora a solução reduza a necessidade de gestão de ativos próprios, pode implicar maior emissão indireta associada a deslocamentos de equipes externas e à repetição frequente de contratos para demandas sucessivas, especialmente em territórios remotos.

5.5.6. Dessa forma, a alternativa mostra-se tecnicamente viável para demandas pontuais, específicas ou de menor recorrência. Contudo, revela-se menos estratégica para necessidades contínuas e estruturantes, nas quais a autonomia, a agilidade e o fortalecimento institucional assumem papel determinante.

## **5.6. Solução Tecnológica 3 – Locação de Drone com ou sem Operador Técnico**

5.6.1. A terceira alternativa identificada consiste na locação temporária de drone, podendo abranger apenas o fornecimento do equipamento ou incluir operador técnico especializado para execução das atividades de aerolevantamento. Trata-se de modelo contratual voltado à utilização do recurso tecnológico por período determinado, conforme a necessidade operacional do órgão.

5.6.2. Sob a ótica econômica inicial, a solução apresenta como principal atrativo a redução do investimento imediato, uma vez que não há necessidade de aquisição definitiva do equipamento. A locação também proporciona flexibilidade contratual, permitindo ajustes quantitativos e temporais conforme a demanda, além de possibilitar atualização tecnológica facilitada por meio da substituição periódica dos equipamentos disponibilizados pela contratada, sem necessidade de alienação ou depreciação patrimonial por parte da Administração.

5.6.3. Entretanto, quando analisada sob perspectiva de médio e longo prazo, especialmente em cenários de demandas frequentes e previsíveis, a locação pode resultar em custo acumulado significativo, superando o dispêndio estimado para aquisição própria. Observa-se, ainda, a manutenção de dependência contratual contínua, com necessidade de formalização recorrente de instrumentos e gestão administrativa permanente. Em áreas remotas e de difícil acesso, como é o caso das comunidades indígenas atendidas pelo SESANI, a logística associada à entrega, retirada e eventual substituição de equipamentos pode representar fator adicional de complexidade operacional, com risco de indisponibilidade em períodos críticos.

5.6.4. Adicionalmente, na hipótese de locação sem operador técnico, permanece a necessidade de capacitação interna para planejamento de voo, operação segura e processamento dos dados, o que reduz parte da vantagem inicialmente associada à terceirização do serviço. Caso a locação inclua operador, o órgão continua dependente da disponibilidade e cronograma da contratada, limitando a autonomia institucional.

5.6.5. Sob o aspecto da sustentabilidade, a alternativa apresenta caráter moderado. Embora reduza a imobilização patrimonial e a necessidade de gestão de ativos permanentes, não elimina os impactos decorrentes da logística contratual recorrente, especialmente em deslocamentos sucessivos para atendimento de demandas distribuídas geograficamente.

5.6.6. Dessa forma, a solução mostra-se adequada para demandas esporádicas ou de baixa previsibilidade. Todavia, diante de cenário de uso contínuo e estruturante, revela-se economicamente menos vantajosa e estrategicamente inferior quando comparada à internalização da tecnologia por meio da aquisição própria com capacitação da equipe técnica.

## **5.7. Avaliação Comparativa e Escolha da Tecnologia**

5.7.1. A avaliação comparativa das alternativas considerou a natureza contínua das ações de saneamento ambiental indígena, a necessidade de atualização periódica e sistemática de dados territoriais, a atuação predominante em áreas remotas e de difícil acesso, o interesse estratégico de fortalecimento institucional e os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. Observa-se que as demandas relacionadas ao planejamento, à execução e ao monitoramento das ações de saneamento ambiental indígena possuem caráter recorrente e estruturante, exigindo produção contínua de informações geoespaciais confiáveis e atualizadas. Nesse contexto, soluções baseadas exclusivamente na contratação de serviços ou na locação de equipamentos tendem a gerar dependência operacional, menor flexibilidade e custos acumulados significativos ao longo do tempo, especialmente diante da previsibilidade de uso frequente da tecnologia.

5.7.3. Por sua vez, a aquisição de drone acompanhada da capacitação da equipe técnica revela-se mais alinhada ao interesse público sob os aspectos técnico, econômico e institucional. A alternativa promove autonomia na execução dos levantamentos, maior agilidade no atendimento a demandas emergenciais, fortalecimento permanente da capacidade técnica do órgão e melhor integração dos dados produzidos ao planejamento estratégico. Embora

envolva investimento inicial mais elevado, apresenta melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo, considerando a recorrência das atividades e a redução de despesas futuras com contratações sucessivas.

5.7.4. Dessa forma, conclui-se que a solução mais vantajosa consiste na aquisição de drone com capacitação da equipe técnica, configurando investimento estruturante apto a promover governança territorial qualificada, sustentabilidade operacional e consolidação da maturidade tecnológica institucional.

## **Escolha da Solução de Execução**

### **5.8. Atendimento por Meios Próprios**

5.8.1. Embora a operação futura seja internalizada, o fornecimento do equipamento e a capacitação exigem contratação externa especializada, não havendo capacidade técnica instalada para suprimento direto.

### **5.9. Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento e Capacitação**

5.9.1. Nos termos dos arts. 6º, 18 e 46 da Lei nº 14.133/2021, revela-se juridicamente adequada a contratação de empresa especializada para o fornecimento integrado da solução tecnológica, compreendendo o fornecimento do drone, dos respectivos softwares de processamento e análise de dados, a capacitação técnica certificada da equipe do SESANI e o suporte técnico inicial necessário à implementação e plena operacionalização do sistema.

5.9.2. A modelagem contratual integrada mostra-se compatível com o regime jurídico das contratações públicas, na medida em que permite a definição clara do objeto, a especificação de requisitos técnicos mínimos de desempenho e a vinculação do fornecimento à adequada transferência de conhecimento, assegurando que o equipamento adquirido seja efetivamente incorporado à rotina operacional do órgão com segurança, eficiência e conformidade normativa.

5.9.3. Além disso, a inclusão de capacitação técnica certificada e suporte inicial no escopo contratual contribui para mitigar riscos de subutilização do equipamento, falhas operacionais e inadequações metodológicas, promovendo a internalização qualificada da tecnologia e garantindo que a Administração alcance os resultados pretendidos com o investimento realizado.

### **5.10. Escolha da Forma de Execução**

5.10.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento do equipamento e capacitação técnica da equipe.

### **5.11. Escolha da Forma de Seleção do Fornecedor**

5.11.1. Para definição da forma de seleção do fornecedor, foram analisadas as alternativas juridicamente cabíveis à luz da legislação vigente. Inicialmente, verificou-se a possibilidade de utilização de Intenção de Registro de Preços (IRP), contudo não foi identificado registro vigente compatível com as especificações técnicas necessárias à solução pretendida. Da mesma forma, avaliou-se a eventual adesão a Ata de Registro de Preços já existente, porém não foram localizadas atas que contemplassem, de forma suficientemente específica, o fornecimento integrado de drone, softwares especializados e capacitação técnica certificada.

5.11.2. Examinou-se, ainda, a hipótese de contratação direta, entretanto a solução não se enquadra nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que há pluralidade de fornecedores no mercado e viabilidade de competição. Ademais, conforme diretrizes do Decreto nº 11.462/2023, não foram identificadas atas compatíveis que permitissem a adoção de solução por meio de registro de preços previamente constituído.

5.11.3. Diante desse cenário, conclui-se que a realização de licitação mostra-se plenamente aplicável e juridicamente adequada. Considerando tratar-se de bem e serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, indica-se a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, por se revelar o procedimento mais eficiente, competitivo e alinhado aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da economicidade.

### **5.12. Escolha da Forma de Contratação**

5.12.1. Considerando que o objeto principal consiste na aquisição de bem permanente, acompanhado de serviço acessório de capacitação técnica, a forma de contratação deve refletir a natureza predominante de fornecimento, com obrigações complementares vinculadas à plena operacionalização da solução tecnológica.

5.12.2. Nesse contexto, indica-se a formalização de contrato de fornecimento com entrega imediata do equipamento e dos softwares correspondentes, vinculando-se, de forma expressa, a realização da capacitação técnica certificada como condição acessória indispensável ao adequado funcionamento da solução. A capacitação deverá possuir caráter não continuado, com carga horária e conteúdo programático previamente definidos, voltados à habilitação da equipe para operação segura, planejamento de voo, processamento fotogramétrico e análise dos produtos gerados.

5.12.3. Deverá, ainda, ser prevista garantia técnica do fabricante, nos termos da legislação aplicável e das práticas de mercado, abrangendo vícios de fabricação e assegurando suporte mínimo para correção de eventuais falhas durante o período contratual estipulado. Tal modelagem contratual assegura coerência entre a natureza do objeto, a forma de execução e o regime jurídico aplicável, promovendo segurança jurídica, eficiência administrativa e adequada proteção do interesse público.

### **5.13. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial de Atendimento**

5.13.1. A solução consistente na aquisição do drone com capacitação da equipe técnica demonstra plena adequação ao potencial de atendimento das necessidades institucionais identificadas. Ao internalizar a tecnologia e o conhecimento necessário à sua operação, o órgão passa a dispor de autonomia técnica para planejar, executar e atualizar levantamentos geoespaciais conforme a dinâmica das ações de saneamento ambiental indígena, sem dependência de agendas externas ou limitações contratuais recorrentes.

5.13.2. Sob a perspectiva econômica, a medida contribui para a redução de custos repetitivos associados à contratação sucessiva de serviços ou locações, especialmente em cenário de demandas frequentes e previsíveis. Tal característica favorece melhor planejamento orçamentário e maior racionalização dos recursos públicos no médio e longo prazo.

5.13.3. A solução também viabiliza planejamento territorial contínuo, com atualização sistemática das bases geoespaciais, o que aprimora a qualidade das decisões técnicas, reduz a probabilidade de retrabalho e mitiga riscos decorrentes de imprecisões nos diagnósticos territoriais. Além disso, atende a critérios de sustentabilidade ao otimizar deslocamentos, reduzir consumo indireto de combustíveis em inspeções preliminares e permitir uso eficiente de tecnologia elétrica de baixa emissão relativa.

5.13.4. Do ponto de vista institucional, a internalização da capacidade operacional fortalece a governança, amplia a maturidade tecnológica do órgão e consolida conhecimento estratégico no âmbito da Administração Pública, evitando a dispersão de expertise em estruturas externas.

5.13.5. Dessa forma, a aquisição com capacitação configura-se como solução estruturante, tecnicamente consistente e alinhada ao interesse público primário, por promover eficiência, economicidade, autonomia institucional e sustentabilidade operacional.

### **5.14. Adequação entre Modalidade, Critério de Julgamento e Modo de Disputa**

5.14.1. A modelagem proposta para a seleção do fornecedor contempla a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, modo de disputa aberto e fechado e julgamento por item ou por grupo, considerando a possibilidade de integração entre o fornecimento do equipamento e a capacitação técnica vinculada.

5.14.2. A escolha do Pregão Eletrônico mostra-se adequada por se tratar de bem e serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, permitindo ampla competitividade e racionalização do procedimento. O critério de menor preço é compatível com a natureza do objeto, desde que previamente estabelecidos requisitos técnicos mínimos que assegurem padrão de qualidade e desempenho satisfatórios.

5.14.3. O modo de disputa aberto e fechado contribui para maior dinâmica concorrencial, possibilitando lances sucessivos e posterior apresentação de proposta final, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Quanto ao julgamento por item ou por grupo, admite-se a formação de grupo quando tecnicamente

justificada a integração entre equipamento e capacitação, de modo a assegurar compatibilidade, responsabilidade única pelo fornecimento e adequada transferência de conhecimento.

5.14.4. A modelagem encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com o princípio da competitividade, assegurando isonomia, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de aeronave remotamente pilotada (drone) equipada com sensores adequados para aerolevantamento, incluindo câmera RGB e demais especificações técnicas compatíveis com as demandas institucionais, acompanhada de baterias adicionais, softwares de processamento fotogramétrico e análise de dados geoespaciais, bem como capacitação técnica certificada da equipe do Serviço de Saneamento Ambiental Indígena (SESANI), além de suporte técnico inicial e garantia do fabricante, a ser implementada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, modo de disputa aberto e fechado, visando à aquisição de bem permanente com serviço acessório de capacitação não continuada, para atender à necessidade de ampliação da capacidade técnica institucional para obtenção, tratamento e análise de dados geoespaciais destinados ao planejamento, execução e monitoramento das ações de saneamento ambiental indígena, assegurando autonomia operacional, fortalecimento institucional e melhoria da governança territorial no âmbito do SESANI.

6.2. O objeto deverá ser entregue na sede administrativa do órgão responsável pelo SESANI, conforme indicado no Termo de Referência, incluindo a disponibilização dos softwares licenciados e a realização da capacitação técnica em local previamente definido pela Administração, podendo ocorrer nas dependências da unidade administrativa ou em ambiente virtual, conforme a natureza do treinamento e a conveniência institucional.

6.3. A entrega do equipamento e dos softwares deverá ocorrer em parcela única, em prazo a ser definido no instrumento convocatório, contado da assinatura do contrato, devendo a capacitação técnica ser realizada em período subsequente à entrega, conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, assegurando a plena operacionalização da solução em prazo compatível com o planejamento institucional.

6.4. A contratação será executada sob regime de empreitada por preço global, considerando a integração entre o fornecimento do equipamento, acessórios, softwares, capacitação técnica certificada e suporte inicial, de modo a assegurar responsabilidade única da contratada pela entrega completa e funcional da solução tecnológica.

6.5. A solução deverá contemplar garantia técnica do fabricante pelo prazo mínimo estabelecido nas práticas de mercado ou superior, quando ofertado, abrangendo vícios de fabricação, defeitos de funcionamento e suporte para atualização de firmware e softwares, quando aplicável. Deverá, ainda, prever suporte técnico inicial destinado à orientação quanto à instalação, configuração e primeiros ciclos operacionais, bem como assistência técnica autorizada no território nacional, assegurando condições adequadas de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais e observância das normas regulamentares aplicáveis à operação de aeronaves remotamente pilotadas, garantindo a continuidade e a segurança das atividades institucionais.

### **Qualificação Econômico-Financeira e Técnica**

6.6. Os critérios de habilitação estabelecidos para a aquisição de drones de georreferenciamento e respectiva capacitação técnica fundamentam-se em requisitos objetivos de qualificação econômico-financeira e técnica, em estrita observância aos preceitos da Lei nº 14.133/2021. No que tange à higidez financeira, a futura contratada deverá demonstrar capacidade de adimplemento por meio de indicadores de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), apurados nos dois últimos exercícios sociais. Caso a empresa apresente índices iguais ou inferiores à unidade, a habilitação estará condicionada à comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, assegurando que a estrutura empresarial suporte a complexidade do fornecimento tecnológico e a assistência pós-venda.

6.7. Complementarmente, a qualificação técnica exige que o fornecedor comprove aptidão operacional mediante atestados de fornecimentos similares, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto. Tais documentos devem certificar a experiência prévia na entrega de aeronaves remotamente pilotadas e acessórios, além

da efetiva realização de treinamentos técnicos para grupos de, no mínimo, cinco profissionais. A exigência estende-se à conformidade com as normas de segurança operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), requisito indispensável para validar a legalidade da operação dos equipamentos e a segurança da capacitação a ser ministrada, mitigando riscos de inexecução técnica ou sanções administrativas por descumprimento de regulamentação setorial específica.

6.8. A exigência de qualificação técnica e econômico-financeira em processos licitatórios para a aquisição de drones destinados ao georreferenciamento, acompanhados de curso de capacitação, fundamenta-se na necessidade de garantir a supremacia do interesse público e a eficiência da contratação. Dado que o georreferenciamento é uma atividade de precisão regida por normas rigorosas do INCRA e da ANAC, a Administração Pública não busca apenas um produto, mas uma solução tecnológica capaz de gerar dados cartográficos com acurácia centimétrica. A qualificação técnica assegura que a empresa fornecedora possua expertise comprovada tanto na entrega de hardware de alta performance quanto na prestação do serviço de treinamento, mitigando o risco de subutilização do equipamento ou de erros técnicos que invalidariam levantamentos topográficos futuros.

6.9. No âmbito econômico-financeiro, a justificativa reside na segurança de que a contratada possui saúde financeira suficiente para honrar compromissos de longo prazo, como a garantia técnica, o suporte pós-venda e a reposição de componentes especializados. A insolvência de um fornecedor nesse setor comprometeria diretamente o ciclo de vida do objeto, transformando um investimento tecnológico em prejuízo por falta de manutenção. Portanto, essas exigências não constituem restrição indevida à competitividade, mas sim um filtro indispensável para selecionar parceiros capazes de suportar a complexidade da operação e assegurar que os servidores capacitados operem aeronaves de forma segura e em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

#### **Justificativa de caracterização como bem comum**

6.10. O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, passíveis de descrição clara e padronizada no instrumento convocatório.

6.11. O equipamento de georreferenciamento do tipo drone, acompanhado de curso de capacitação para sua operação e utilização, é amplamente comercializado por diversos fornecedores, com características técnicas comparáveis e objetivamente mensuráveis, tais como autonomia de voo, precisão de posicionamento, resolução de imagem, alcance operacional, capacidade dos sensores, recursos embarcados e compatibilidade de softwares.

6.12. Tais parâmetros permitem comparação objetiva entre propostas e julgamento pelo critério de menor preço ou maior desconto, sem demandar avaliação predominantemente subjetiva ou solução tecnológica singular desenvolvida sob encomenda.

6.13. A capacitação prevista possui caráter acessório e complementar ao fornecimento do equipamento, consistindo em treinamento usualmente ofertado pelo mercado como parte da solução, não alterando a natureza principal do objeto como aquisição de bem comum.

6.14. Dessa forma, verifica-se que o objeto não possui natureza predominantemente intelectual, nem apresenta complexidade extraordinária que afaste sua caracterização como bem comum, sendo compatível a adoção de procedimento licitatório próprio para essa natureza de contratação.

#### **Fundamentação da Modalidade e Critério de Julgamento**

A solução proposta será viabilizada por meio da modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, e no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório.

Adotar-se-á o critério de julgamento **menor preço**, por ser compatível com a natureza do objeto e apto a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

O julgamento será realizado **por grupo formado por dois itens**, compreendendo o fornecimento do equipamento de georreferenciamento (drone) e a capacitação técnica para sua operação e utilização, em razão da necessidade de integração da solução, compatibilidade entre os componentes contratados e responsabilidade única pela execução do objeto.



## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foi definida com base na análise das necessidades operacionais identificadas pela equipe técnica, considerando critérios de viabilidade técnica, logística e financeira, de modo a assegurar que a solução proposta seja suficiente para atender às demandas institucionais sem gerar superdimensionamento ou custos desnecessários à Administração.

7.2. Nesse contexto, a contratação contempla um conjunto mínimo de itens capazes de viabilizar a implementação e a utilização adequada da solução tecnológica pretendida.

7.3. Inicialmente, prevê-se a aquisição de 01 (um) drone profissional, com as especificações técnicas descritas neste Estudo Técnico Preliminar, destinado à utilização pela equipe técnica em atividades de inspeção, mapeamento, georreferenciamento e monitoramento de áreas indígenas. O equipamento será empregado especialmente em localidades de difícil acesso ou com limitações de deslocamento terrestre, contribuindo para a obtenção de informações geoespaciais atualizadas e para o aprimoramento das ações de planejamento, execução e acompanhamento das atividades institucionais.

7.4. Adicionalmente, prevê-se a contratação de 01 (um) curso de capacitação, na modalidade presencial ou on-line, voltado à operação segura e eficiente do equipamento. A capacitação deverá possuir carga horária mínima entre 10 e 16 horas e contemplar conteúdos teóricos e práticos essenciais à utilização da tecnologia, incluindo aspectos relacionados às normas e regulamentações aplicáveis à operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas, planejamento e execução de voos automatizados, técnicas de captação de imagens e vídeos georreferenciados, bem como noções de processamento básico de dados por meio de softwares compatíveis com os sistemas institucionais.

7.5. O curso deverá atender até 10 (dez) participantes, incluindo a emissão de certificados de conclusão, disponibilização de material didático e suporte técnico durante e após o período de capacitação, garantindo que os servidores envolvidos desenvolvam as competências necessárias para utilização adequada da ferramenta.

7.6. A definição da quantidade de apenas um equipamento justifica-se pelo fato de que as atividades previstas são realizadas de forma planejada e escalonada, permitindo o uso compartilhado do drone entre as equipes técnicas capacitadas. Dessa forma, a aquisição de múltiplas unidades não se mostra necessária neste momento, sendo tecnicamente viável e operacionalmente suficiente a utilização coordenada de um único equipamento.

7.7. Essa estimativa busca assegurar não apenas o acesso à tecnologia, mas também o domínio técnico para sua correta utilização, evitando a subutilização do equipamento e promovendo maior autonomia da equipe técnica no desenvolvimento das atividades institucionais. Assim, a solução proposta observa os princípios da eficiência, da racionalidade administrativa e da economicidade que regem a Administração Pública.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 65.369,28

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com as boas práticas de análise de mercado aplicáveis às contratações públicas, utilizando metodologia estatística destinada a conferir maior confiabilidade e representatividade aos valores obtidos. O procedimento adotado buscou reduzir possíveis distorções decorrentes de valores atípicos, garantindo maior precisão na definição dos preços de referência.

8.2. Para a definição do valor unitário considerado na presente análise, foram utilizados os seguintes indicadores estatísticos: média aritmética simples e mediana. A média aritmética simples corresponde ao resultado da soma de todas as cotações válidas dividida pelo número total de propostas obtidas, enquanto a mediana representa o valor central da série de preços quando ordenados de forma crescente, sendo amplamente utilizada para reduzir a influência de valores extremos.

8.3. Aplicando-se a metodologia descrita, verificou-se que, para o Item 1 – Drone profissional (CATMAT 614916), foram obtidos os seguintes resultados: média de R\$ 54.044,03 e mediana de R\$ 53.428,26. A partir da análise dos

dados coletados, definiu-se como valor unitário de referência o montante de R\$ 53.428,26, por representar o menor valor dentre os indicadores considerados e refletir de forma adequada o comportamento dos preços praticados no mercado.

8.4. No que se refere ao Item 2 – Curso de Capacitação (CATMAT 15431), os resultados da análise indicaram média de R\$ 11.941,02 e mediana de R\$ 12.600,00. Assim, foi adotado como valor unitário de referência o valor de R\$ 11.941,02, correspondente ao menor resultado obtido entre os indicadores analisados.

8.5. Dessa forma, conclui-se que os valores unitários selecionados refletem de maneira consistente a realidade de mercado para os itens pretendidos, tendo sido definidos a partir de critérios técnicos e metodologia objetiva de análise estatística. Tal procedimento contribui para assegurar maior imparcialidade, transparência e economicidade na estimativa do valor da contratação, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

Grupo	Item	CATSER/CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade (Q)	Valor Unitário (VU)	Valor Total (VT)
1	1	614916	<p>Aeronave remotamente pilotada (drone) de uso profissional, multirrotor (mínimo 4 hélices); Peso máximo de decolagem: até 5 kg (classe 3 segundo ANAC – RBAC-E nº 94); Compatível com operação em campo aberto e áreas remotas.</p> <p>Câmera: Sensor fotográfico: mínimo de 20 MP; Obturador mecânico ou global; Lente com distância focal equivalente a 24 mm (ou similar), com campo de visão <math>\geq 80^\circ</math>; Capacidade de captura em RAW e JPEG; Estabilização por gimbal de 3 eixos.</p> <p>Navegação e Precisão: Sistema de posicionamento com GPS, GLONASS e /ou Galileo; Capacidade de voo com planejamento de missão automática por waypoint; com modulo RTK; Armazenamento de metadados geográficos (EXIF georreferenciado).</p> <p>Tempo de Voo e Baterias: Autonomia de voo: mínimo de 25 minutos por bateria; Acompanha 3 baterias recarregáveis de íon-lítio; com base para carregamento; Tempo de recarga: até 90 minutos por bateria; Sistema de monitoramento de carga. Controle Remoto e Transmissão: Alcance de transmissão de vídeo: <math>\geq 4</math> km (em ambiente rural); Controle com display; Frequência dual-band (2.4GHz / 5.8GHz) com comutação automática; Sistema de fail-safe (retorno automático em caso de falha de sinal ou baixa bateria).</p> <p>Transporte e Acessórios: Bolsa ou mochila rígida para transporte com proteção contra impacto e intempéries; Hélices extras (mínimo 1 par); Carregador bivolt (100-240V) estação para 3 baterias; Cabos de conexão e</p>	Unidade	1	R\$ 53.428,26	R\$ 53.428,26

		acessórios necessários. Software: Compatível com softwares de mapeamento por fotogrametria (como DroneDeploy, Pix4D, WebODM, Agisoft); Software de controle de missão gratuito ou licenciamento incluso. Outros Requisitos: Manual em português; Garantia mínima de 12 meses; Assistência técnica autorizada no Brasil; Registro ANATEL; Manual do usuário com instruções de operação e segurança.				
2	15431	Curso de capacitação para operar ARP /Drone com metodologia conforme tecnologia constante nas especificações do equipamento. O conteúdo do curso deverá abranger todas as funções de operacionalidade do equipamento, capacitação em captação de imagens e interpretação com certificado. Deverá ser ministrado para o total de 10 profissionais, com curso teórico que poderá ser feito remotamente e curso prático a ser feito presencialmente na cidade de Governador Valadares-MG. Com certificado e carga horária entre 10 e 16 horas. A empresa responsável deverá fornecer o drone para treinamento.	Unidade	1	R\$ 11.941,02	R\$ 11.941,02
<b>Valor Total Estimado (VTE)</b>						R\$ 65.369,28

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução pretendida será estruturada em dois itens, quais sejam: (i) aquisição de drone profissional e (ii) curso de capacitação para operação do equipamento. Contudo, para fins de julgamento da licitação, os itens serão agrupados em um único grupo, de modo que a empresa vencedora seja responsável pelo fornecimento do equipamento e pela realização da capacitação correspondente.

9.2. A adoção desse modelo justifica-se pela natureza complementar e interdependente dos itens, uma vez que a capacitação está diretamente relacionada às funcionalidades, configurações e características técnicas do drone a ser fornecido. Assim, a realização do treinamento pela mesma empresa responsável pelo fornecimento do equipamento contribui para garantir maior aderência entre o conteúdo da capacitação e o produto adquirido, assegurando que os participantes sejam instruídos especificamente quanto à correta utilização, operação e manutenção do modelo fornecido.

9.3. Além disso, a contratação integrada do fornecimento do equipamento com a capacitação favorece a padronização do treinamento, reduz eventuais riscos de incompatibilidade técnica entre o equipamento e o conteúdo ministrado, bem como facilita a responsabilização contratual quanto à adequada transferência de conhecimento à equipe técnica da instituição.

9.4. Ressalta-se que a formação de grupo, nesse caso, não restringe indevidamente a competitividade, pois empresas que atuam no fornecimento de drones profissionais normalmente oferecem, diretamente ou por meio de parceiros especializados, serviços de treinamento e capacitação para operação dos equipamentos comercializados.

9.5. Dessa forma, conclui-se que a licitação estruturada em dois itens agrupados em um único grupo apresenta-se como a alternativa mais adequada do ponto de vista técnico e operacional, contribuindo para a eficiência da contratação, para a correta utilização do equipamento e para a obtenção de melhores resultados institucionais.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Após análise das necessidades institucionais e do escopo da solução proposta, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que sejam necessárias para viabilizar a implementação ou a utilização da solução objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10.2. A aquisição do drone profissional, juntamente com a capacitação da equipe técnica para sua operação, constitui solução completa e autossuficiente para o atendimento da demanda identificada, não dependendo, neste momento, da realização de outras contratações específicas para seu funcionamento ou operacionalização.

10.3. Ressalta-se que eventuais insumos acessórios ou recursos tecnológicos complementares necessários à utilização do equipamento, tais como computadores e softwares de processamento de dados, já se encontram disponíveis no âmbito da estrutura administrativa do órgão, não sendo necessária a realização de contratações adicionais para a plena execução das atividades previstas.

10.4. Dessa forma, conclui-se que não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas à presente demanda, sendo a solução proposta suficiente para atender às necessidades institucionais identificadas.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional do órgão, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda nº 91/2025.

11.2. O referido documento formaliza a necessidade administrativa e subsidiou a inclusão da demanda no planejamento anual de contratações, garantindo que a aquisição proposta esteja em consonância com as diretrizes de gestão e com a programação orçamentária do órgão.

11.3. Assim, a presente contratação observa os instrumentos de planejamento previstos para a Administração Pública, assegurando maior organização, previsibilidade e racionalidade na gestão das contratações, em conformidade com as boas práticas de governança e com os princípios da eficiência e do planejamento nas contratações públicas.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação da solução proposta tem como objetivo fortalecer a capacidade técnica institucional na obtenção, tratamento e análise de dados geoespaciais, contribuindo diretamente para o aprimoramento das atividades de planejamento, execução e monitoramento das ações de saneamento ambiental indígena.

12.2. Entre os principais benefícios esperados com a implementação da solução, destacam-se:

12.2.1. Inicialmente, espera-se maior eficiência na coleta de informações geoespaciais, permitindo a obtenção de imagens e dados atualizados de áreas indígenas, inclusive em regiões de difícil acesso ou com limitações de deslocamento terrestre.

12.2.2. Outro benefício relevante refere-se ao aprimoramento do planejamento das ações de saneamento ambiental, uma vez que o uso do drone possibilitará maior precisão na identificação de características territoriais, localização de estruturas existentes e análise de condições ambientais das comunidades atendidas.

12.2.3. A contratação também proporcionará redução de custos operacionais e de tempo nas atividades de campo, tendo em vista que o uso de aeronaves remotamente pilotadas permite a realização de levantamentos técnicos de forma mais ágil e segura, diminuindo a necessidade de deslocamentos extensos e de mobilização de equipes em campo.

12.2.4. Adicionalmente, destaca-se o fortalecimento da capacidade técnica da equipe institucional, por meio da capacitação dos servidores responsáveis pela operação do equipamento, garantindo autonomia na utilização da tecnologia e ampliando o domínio técnico para aplicação em diferentes atividades institucionais.

12.3. Por fim, a solução contribuirá para melhorar a qualidade das informações utilizadas na tomada de decisão, permitindo que gestores e equipes técnicas tenham acesso a dados mais precisos e atualizados, o que favorece a elaboração de diagnósticos mais consistentes e a implementação de ações mais eficazes nas áreas atendidas.

12.4. Dessa forma, a contratação apresenta potencial para gerar ganhos significativos em termos de eficiência administrativa, qualidade técnica das atividades desenvolvidas e fortalecimento da capacidade institucional no uso de tecnologias aplicadas à gestão territorial e ambiental.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Para a adequada implementação da solução proposta, serão adotadas providências administrativas e operacionais voltadas a garantir a correta utilização do equipamento e o pleno aproveitamento da tecnologia adquirida.

13.2. Nesse sentido, a licitante vencedora deverá fornecer capacitação aos profissionais designados pela Administração para a operação do drone, contemplando conteúdos teóricos e práticos necessários à utilização segura, eficiente e em conformidade com a regulamentação aplicável às aeronaves remotamente pilotadas.

13.3. A exigência de capacitação constará expressamente no Termo de Referência, sendo estabelecida como obrigação contratual da empresa contratada. Dessa forma, a realização do treinamento será considerada condição essencial para a execução adequada do objeto contratado.

13.4. Adicionalmente, a comprovação da oferta e da realização do treinamento, nos termos definidos no instrumento convocatório e no Termo de Referência, será requisito para a formalização e execução do contrato, garantindo que a equipe técnica da instituição esteja devidamente preparada para operar o equipamento e aplicar os conhecimentos adquiridos nas atividades institucionais.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A solução proposta apresenta baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que se trata da utilização de aeronave remotamente pilotada (drone) para atividades de levantamento e monitoramento, sem intervenção direta no meio físico ou alteração das características naturais das áreas observadas.

14.2. Ainda assim, alguns aspectos ambientais devem ser considerados no contexto da utilização do equipamento. Entre eles, destaca-se o consumo de energia elétrica para recarga das baterias, bem como a necessidade de adequada destinação final das baterias e componentes eletrônicos ao final de sua vida útil, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as diretrizes de logística reversa para resíduos eletroeletrônicos.

14.3. Outro aspecto a ser observado refere-se ao potencial de perturbação momentânea da fauna local, especialmente em áreas sensíveis ou com presença de aves e outros animais. Para mitigar esse risco, recomenda-se que as operações de voo sejam realizadas de forma planejada, respeitando boas práticas operacionais e evitando aproximações desnecessárias de áreas com maior concentração de fauna.

14.4. Por outro lado, a utilização de drones pode gerar impactos ambientais positivos indiretos, ao permitir a realização de levantamentos técnicos e monitoramentos ambientais de forma mais eficiente, reduzindo a necessidade de deslocamentos frequentes de equipes em campo por longas distâncias e, conseqüentemente, diminuindo o consumo de combustível e a emissão de poluentes associados ao transporte terrestre.

14.5. Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais associados à solução são limitados e passíveis de mitigação por meio de boas práticas de uso e gestão adequada dos resíduos eletrônicos, sendo superados pelos benefícios operacionais e ambientais decorrentes da adoção da tecnologia para apoio às atividades institucionais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Após a análise dos elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento conclui pela viabilidade da contratação, considerando que a solução proposta atende à necessidade institucional, apresenta adequação técnica e operacional e possui compatibilidade com os valores praticados no mercado. Diante disso, recomenda-se o prosseguimento do processo de contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALTEMAR RODRIGUES MARQUES**

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:20:02.

**ANTONIO ISMAEL VIEIRA**

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 08:48:04.

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 11:42:00.

**Apêndice II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

**Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]**

**2. Objeto da Licitação**

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

**3. Preços e Condições de Pagamento**

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...	...			...	...	...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

**5. Validade da Proposta**

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

**6. Contato e Esclarecimentos**

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]  
[Telefone para Contato]  
[E-mail para Contato]  
[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]  
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]  
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa

Endereço da sua Empresa c/ CEP

Telefone da sua Empresa

E-mail da sua Empresa

CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...	...	...	...	...	...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]  
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]  
[Nome do Responsável Legal]  
[Cargo do Responsável Legal]



DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Contrato 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	07/05/2026 09:13 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25047.001577/2025-90

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Processo Administrativo nº 25047.001577/2025-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de um equipamento de georreferenciamento, consistindo em um drone, acompanhado de curso de capacitação para sua operação e utilização, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura de ambas as partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.1. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Governador Valadares/MG, Seção Judiciária de Governador Valadares/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELIO CEZAR FERREIRA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 09:13:08.